



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 06/05/2025 10:41:16.083 - CASP

REQ n.37/2025

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº DE 2025. (Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer moção de louvor em apoio a mobilização dos servidores públicos das redes municipais e estaduais de educação de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, inciso XIX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja registrada nos Anais desta casa, moção de louvor em apoio a mobilização dos servidores públicos das redes municipais e estaduais de educação de São Paulo, nos seguintes termos:

“A Câmara dos Deputados, por meio de sua Comissão de Administração e Serviço Público, vem louvar e enaltecer a corajosa e necessária mobilização dos professores das redes municipal e estadual de São Paulo, que, em legítimo exercício dos direitos constitucionais da livre associação sindical e do exercício de greve, defendem a valorização do magistério e a qualidade da educação pública.

Reconhecemos que a luta desses profissionais tem sido fundamental para chamar atenção à urgente necessidade de reajustes salariais dignos, melhores condições de trabalho e o cumprimento do piso nacional do magistério, garantindo assim um ensino público de qualidade para milhões de estudantes paulistas.



* C D 2 5 3 0 4 9 1 2 1 9 0 0 *



Destacamos ainda a importância da educação pública como pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico do país, bem como o papel insubstituível dos professores na formação das futuras gerações. A atual mobilização reflete não apenas demandas profissionais legítimas, mas um compromisso inegociável com o futuro da educação brasileira.

Por fim, reafirmamos o compromisso deste Parlamento com a valorização dos profissionais da educação e com a defesa de uma escola pública democrática, inclusiva e de qualidade, apoiando iniciativas que promovam o diálogo, o respeito aos direitos trabalhistas e o fortalecimento do ensino público em todo o país.”

JUSTIFICATIVA

A histórica mobilização dos profissionais da educação das redes municipal e estadual de São Paulo - as maiores do país - configura-se como resistência legítima contra o sistemático processo de desvalorização do magistério e desmonte da educação pública. Mais do que um movimento grevista pontual, trata-se de resposta necessária a uma crise estrutural no ensino paulista, agravada por políticas de austeridade que precarizam as condições de trabalho e violam direitos fundamentais da sociedade.

A educação pública paulista vem sendo vítima de um desmonte orquestrado, marcada pela desvalorização dos profissionais do magistério, pela precarização das condições de trabalho e pelo subfinanciamento crônico das redes de ensino.

Os professores paulistas enfrentam há anos uma progressiva erosão salarial, agravada pela inflação e pela falta de reajustes adequados. Na rede municipal, a categoria rejeita a proposta de aumento de 5,2% em dois anos, considerada insuficiente diante da perda acumulada do poder de compra, e exige 44% de reajuste, além da garantia de melhores condições de trabalho. Na rede





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

estadual, a situação não é diferente: a proposta de 5% oferecida pelo governo Tarcísio de Freitas ignora a inflação e não atende à demanda por recomposição salarial e cumprimento do piso nacional.

Esta luta transcende a questão remuneratória. A precarização materializa-se em escolas sem climatização adequada, salas superlotadas e crescente violência nas unidades educacionais. A terceirização desenfreada e a manutenção de milhares de professores temporários - em detrimento dos 44 mil aprovados em concursos - aprofundam a insegurança laboral, enquanto reformas administrativas ameaçam direitos históricos.

Contudo, mesmo perante de reivindicações tão justas, as gestões municipal e estadual optam pela intransigência: propostas irrisórias, judicialização do direito de greve e ameaças de punição substituem o diálogo democrático. Tal postura desconsidera que a mobilização docente visa não apenas a valorização salarial, mas a garantia do direito constitucional à educação pública de qualidade.

Considerando que os professores das redes municipal e estadual de São Paulo - estado mais rico do país - mantêm-se mobilizados há semanas em defesa da educação pública, cabe a esta Comissão de Administração e Serviço Público reconhecer a legitimidade de suas reivindicações diante da importância de seu movimento para a valorização do magistério e promoção da qualidade do ensino, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta Moção de Louvor.

Sala das Sessões, de maio de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE

Deputada Federal - PSOL/SP

